

Arinos diz que não pretende usar o veto

Da Sucursal de Brasília e da Redação da Folha

Apesar de ter o poder de obstruir os pedidos de destaque, apresentados pelos constituintes, ao processo de votação do segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), centro-direita (segundo levantamento da Folha publicado, no dia 19 de janeiro, no caderno "Os Eleitos"), abriu mão desta prerrogativa. "Só vou usá-lo em casos muito especiais", disse, sem maior detalhamento.

Arinos está "esperançoso, mas não satisfeito", com o processo de votação do substitutivo, que promete ser moroso pelo excesso de destaques encaminhados. Ele trabalha com a perspectiva de votação de blocos de destaques para agilizar a aprovação. Depois de ter participado de uma reunião com os líderes do Congresso constituinte, na tarde de anteontem, Arinos ficou "mais calmo".

O presidente da comissão disse ainda que trabalhará em comum acordo com os líderes partidários. "Não acho que vá haver obstrução da votação por um acordo firmado entre os líderes. E eles todos são homens de bem." Na ausência de Arinos, as sessões da comissão serão presididas pelo deputado Aluizio Campos (PMDB-PB), centro-esquerda.

Os mais de seis mil pedidos de destaque para a votação do segundo



O senador Afonso Arinos fala aos jornalistas nas dependências do Congresso

substitutivo do deputado Bernardo Cabral deverão ser apreciados em blocos pelos 93 membros da Comissão de Sistematização, que começam amanhã a votar o texto. Um acordo informal entre os líderes partidários do Congresso constituinte começa a ser viabilizado hoje, com a finalização do trabalho de classificação dos destaques.

Preocupados com norma regimental que estabelece a impossibilidade

de dilatação do prazo para votação, os líderes acertaram, numa reunião anteontem com o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e do Congresso constituinte, que uma negociação sobre os pedidos de destaque sobre temas com pequena ou nenhuma controvérsia seria tentada, além da possibilidade de se retirar alguns dos pedidos encaminhados.

"Se o texto não for aprovado até o dia 8 de outubro, vai direto para o

plenário da Constituinte sem qualquer modificação", disse o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), centro, que está assessorando o líder interino do PMDB no Congresso constituinte, deputado Euclides Scalco (PR), centro-esquerda, no processo de encaminhamento da bancada para a votação.

O Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) entrega, no final da tarde, a classificação dos pedidos de destaque por artigo e por proposta (supressiva, substitutiva, modificativa e aditiva). Até as 18h30 de ontem, 6.047 pedidos tinham sido entregues e outros 135 assessores de constituintes esperavam em fila. Apesar de muitas queixas, o prazo não foi dilatado.

"Só na sexta-feira ou no sábado teremos os primeiros resultados do acordo", afirmou Jobim. Mas os principais temas polêmicos não serão negociados previamente, antevidendo-se debates acirrados. "Podemos retirar mais da metade dos nossos pedidos, se for feito um acordo que respeite as divergências na discussão do sistema de governo", disse o deputado Paulo Delgado (PT-MG), esquerda, referindo-se aos mais de mil pedidos encaminhados pelos partidos de esquerda.

"Pelo jeito, nós vamos ter de prorrogar o próprio mandato para votar o texto. Vamos demorar uns treze anos", disse o deputado Saulo Queiroz (PFL-MS), centro, ao fazer piada sobre o problema.

Quem é Afonso Arinos

O senador Afonso Arinos de Melo Franco (PFL-RJ) foi convidado em 1985 por Tancredo Neves para ser o presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, incumbida de preparar um anteprojeto de Constituição. Numa entrevista em agosto de 1986, disse que exerceria o mandato de senador "a princípio" apenas enquanto durassem os trabalhos do Congresso constituinte. "Não quero e não tenho condições de viver oito anos em Brasília", afirmou.

Afonso Arinos iniciou-se na política em 1943 como um dos signatários do "Manifesto dos Mineiros", peça-chave para a queda da ditadura de Getúlio Vargas. Nunca mais deixou o cenário político: foi deputado federal da UDN (1947-58), depois senador até 1970, já então na Arena, e ministro de Relações Exteriores (1961-62). Professor aposentado de Direito Constitucional, Arinos ocupa desde 1977 a vaga de Juscelino Kubitschek na Academia Mineira de Letras.

Quem é Aluizio Campos

O deputado constituinte Aluizio Campos (PB), 72, vice-presidente da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, é deputado federal pelo PMDB desde 1982. Iniciou sua discreta carreira política como deputado estadual, elegeu-se em 1935 e em 1950. Seu histórico partidário é eclético: antes do PMDB, já foi filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), à União Democrática Nacional (UDN), à Aliança Renovadora Nacional (Arena) e

ao Partido Popular (PP). Nascido em Campina Grande (PB), em 8 de dezembro de 1914, é administrador de empresas, advogado e pecuarista. Foi diretor do Banco do Nordeste (1954-57) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-Sudene (1959-64), além de membro da Comissão Nacional de Reforma Agrária. Na Câmara, foi suplente da Comissão do Interior (1983) e presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

Parlamentarismo só é bom para 'países evoluídos', afirma Jânio

Da Reportagem Local

O prefeito Jânio Quadros, ex-presidente da República, acha que o parlamentarismo no Brasil "é inteiramente inexecutável." Presidencialista, ele é da opinião que o Brasil precisa de "um Executivo forte e de uma Assembléia Nacional—Câmara dos Deputados e Senado—com atribuições bem definidas e também com poderes relativamente amplos".

Jânio falou ontem pela manhã à Folha, em seu gabinete do Ibirapuera.

Na entrevista, ele critica o substitutivo de Bernardo Cabral e classifica de "retrocesso na vida pública nacional" o sistema de eleição do presidente da República adotado pelo projeto. E recomenda: "é indispensável ao presidente, em alguns momentos, fechar o punho e bater na mesa".

Ele acha que o parlamentarismo é possível em nações política e democraticamente evoluídas. "E exige partidos políticos definidos na sua programação e ideologia", o que segundo ele não ocorre no Brasil.

Cinco anos

Jânio não concorda com o mandato de seis anos estabelecido pelo substitutivo de Bernardo Cabral. Ele prefere cinco anos. Em sua opinião, no primeiro ano, o presidente se adapta e no último sua ação é perturbada pelo processo sucessório. "De maneira—diz o ex-presidente—que sobram três anos de permissão para que o chefe da nação possa, realmente, administrar. Acho quatro anos insuficiente. Acho seis, excessivos".

Ele critica o sistema de eleição do presidente da República proposto por Cabral. E lembra que "o voto do colégio eleitoral é um voto sempre espúrio, inaceitável, porque é o voto de uma minoria desejando prevalecer sobre a opinião pública".

Militares

Os militares—para o ex-presidente—estão intranquitos. Segundo ele, isso resulta da perplexidade em que o Congresso parece ter mergulhado e das hesitações da contemporização do presidente Sarney no trato de alguns problemas. Para o prefeito "é indispensável ao presidente, em alguns momentos, fechar o punho e bater na mesa".

"Não sei exatamente o que o Congresso pretende—diz Jânio—transformar a Presidência em uma figura da retórica ou deseja alguém que efetivamente enfrente os problemas nacionais".

Jânio não concorda com a afirmação de que o presidente Sarney é um prisioneiro do PMDB. "Prisioneiro, não, mas fortemente influenciado, sim", arremata.

Ele completa dizendo que o presidente "me parece, sim, sob as asas de alguns políticos e alguns congressistas".

Novos partidos

Ao ser indagado sobre uma modificação no quadro partidário depois do término dos trabalhos constituintes, Jânio faz uma pausa e responde: "Antes de mais nada preciso perguntar se chegaremos lá, ao fim dos trabalhos da Constituinte". E acrescenta: "eu um dia desses lía as declarações atribuídas ao ex-presidente Figueiredo. Em linhas gerais concordo com elas. Mas, se por milagre, acreditando que Deus seja brasileiro, chegarmos a esse instante, a reformulação partidária é absolutamente necessária".

Esquerdas

Jânio aproveita para lançar um ataque às esquerdas e à Igreja. Ele



O prefeito de São Paulo, Jânio Quadros

acha que o atual quadro nacional favorece as esquerdas. Para ele, "o favorecimento às esquerdas é manifesto, escandaloso". E vai mais adiante: "elas dominam áreas do PMDB, dominam áreas do PT, são representadas pelo PCB, pelo PC do B e se inseriram até na santa madre Igreja. Estão muito instaladas dentro da Igreja católica. É manifesta essa tendência esquerdizante".

Apesar disso, Jânio acha que na elaboração do substitutivo de Cabral prevaleceram as forças centristas. E acrescenta: "Se não as centristas, direitistas conjugadas". E ele volta a atacar o substitutivo, classificando-o de "tímido e contraditório". E deixa escapar: Na verdade, eu não sei porque a Assembléia Nacional Constituinte, quando tínhamos a Constituição de 46...".

Dívida externa

Jânio Quadros preconiza um acordo com o FMI. Segundo ele, "FMI não é palavrão e sem ele não se acerta a dívida externa". Ele defende medidas de contenção das despesas do governo e a privatização da maioria das empresas estatais, "que devem ser reduzidas ao mínimo".

Para ele, o governo deve encorajar a privatização das estatais, "transferindo-as possivelmente para brasileiros, sem o medo da presença estrangeira, sem xenofobia". E prevê: "O Brasil fará um acordo vantajoso e livre, porque decorrente de sua soberania, que ele afirma, com o Fundo Monetário Internacional e com os bancos estrangeiros".

Plano Bresser

"Eu vejo o Plano Bresser com algum agrado"—diz o prefeito. Vejo a liberalização que ele vem fazendo gradualmente em custos e preços com muita simpatia". E diz recear que Bresser não encontre suporte nos meios políticos e econômicos.

No fim, Jânio mostra sua discordância com a reforma agrária e com o sistema de desapropriação de terras do substitutivo de Bernardo Cabral. "A reforma agrária"—diz ele—é um chavão mais demagógico para os que procuram implantá-la, do que patriótico. Falam dela, mas eu asseguro que são absolutamente incapazes de produzi-la. O que poderão fazer, isso sim, é mergulhar toda nossa agricultura, toda nossa produção, em um caos absoluto. E diz que a forma de desapropriação proposta por Cabral "cheira confisco".

Princesa Anne inicia em SP uma visita de 6 dias

Da Redação da Folha

Chega hoje a São Paulo, para uma visita de sete dias ao Brasil, a princesa real Anne, da Inglaterra, sexta na linha sucessória do trono inglês. Ela deve desembarcar no Aeroporto Internacional de Guarulhos (Cumbica), às 8h10. À noite, após cumprir uma série de compromissos, irá jantar no Palácio do Morumbi (zona sul paulistana) com o governador Orestes Quercia e sua mulher, Alaíde.

Anne Elizabeth Alice Louise, 37, vem ao Brasil negociar a venda de aviões da British Aerospace à Ponte Aérea São Paulo-Rio. A substituição das atuais aeronaves que atuam na Ponte Aérea está sendo disputada por mais três empresas: Airbus, Boeing e Fokker.

A princesa irá visitar, às 16h30, a Fundação do Bem Estar do Menor (Febem), na avenida Celso Garcia (zona leste). Anne preside o "Save the Children Fund", entidade inglesa de assistência à criança. Antes, porém, deve almoçar no São Paulo Athletic Club e visitar uma indústria de linhas. Amanhã pela manhã, a princesa Anne segue para Foz do Iguaçu (650 km a oeste de Curitiba-PR), onde visita a hidrelétrica de Itaipu e almoça com o governador Alvaro Dias. Na sexta-feira, Anne segue para Brasília, para um encontro com o presidente Sarney. No sábado, irá para o Rio de Janeiro, onde permanece até o dia 29, quando embarca para a Holanda.

Promessa de ajuda a Ruth foi só uma cortesia, diz Ulysses

Da Sucursal de Brasília e da Reportagem Local

O presidente nacional do PMDB, da Câmara e do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (SP), 71, disse ontem que foi apenas um ato de "gentileza" a sua declaração de que, se a deputada estadual Ruth Escobar (PMDB-SP) fosse expulsa do partido, ele também sairia do partido. "Foi um gesto de cortesia e amabilidade que deve ser interpretado desta maneira", declarou ontem, no Salão Verde do Congresso. Ruth acabou mesmo sendo expulsa do PMDB, por decisão do Diretório Regional de São Paulo, acusada de infidelidade partidária por ter apoiado, em 1986, o candidato Antônio Ermírio de Moraes (PTB) ao governo do Estado.

Em resposta a Ulysses, a deputada disse que "os homens políticos têm que ser mais responsáveis com as suas gentilezas". Ela afirmou também que não considera "a política como um ofício 'fru-fru', para devaneio no 'socialite'" e que "para ser gentil comigo, Ulysses deveria levar em conta a dimensão política de sua gentileza, algo que eu não vou deixar de cobrar".

Ulysses negou-se a esclarecer a posição que deverá tomar quando o caso for analisado pelo Diretório Nacional. "Não conheço o processo, não posso antecipar decisões." Declarou depois que Ruth "é uma antiga companheira, já fizemos muitas campanhas juntos".